

O Novo Regionalismo da América do Sul: A Formação de um Sistema de Poder

Renato Thomaz Borges

Vínculo Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Resumo:

O artigo tem como objetivo analisar brevemente o histórico regionalista mundial e discutir a atual fase do regionalismo contemporâneo na América do Sul em particular. Consideramos que o novo milênio observa a ascensão de um sistema de poder na região cujas características se misturam com aquelas propostas pelo novo regionalismo pós-liberal. A integração baseada em aspectos políticos, econômicos e militares, além da comunhão ideológica dos países vizinhos, vem formando uma ideia de América do Sul unitária que pensa em seu próprio desenvolvimento e segurança, evitando a participação de potências alheias ao subcontinente.

Palavras-chave:

América do Sul – Sistema de Poder Regional – Regionalismo Pós-Liberal

Abstract:

The article aims to analyze briefly the world regionalist history and discuss the current status of contemporary regionalism in South America in particular. We consider that the new millennium is noting the rise of a power system in the region whose characteristics are mixed with those proposed by the new post-liberal regionalism. The integration based on political, economic and military aspects, with the addition of the ideological communion of neighboring countries, is forming an idea of a South America unity that imagines its own security and internal development in order to avoid the involvement of outside powers.

Keywords:

South America – Regional Power System – Post-Liberal Regionalism

Introdução

"[A diplomacia levada a cabo pelo governo Lula] fundamenta-se em uma aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e dos nossos vizinhos sul-americanos."

Chanceler Celso Amorim
(AMORIM apud COUTO, 2009, p.40).

A globalização tornou o mundo menor. As abundâncias de recursos naturais e produtos industrializados do continente americano podem agora atravessar oceanos com uma maior rapidez, segurança e comodidade exclusivas do milênio das invenções tecnológicas. Mas a globalização não afeta apenas as questões econômicas e sociais que envolvem as relações internacionais, ela também pressiona por mudanças políticas e estratégicas dos países ante a emergência de novos atores em cenários que desconsideravam previamente por razões que variavam desde a distância embaraçosa aos custos de transação.

A ampliação da interdependência no pós-Guerra Fria também foi capaz de reduzir a Doutrina Monroe, política introduzida em 1823 pelo ex-presidente norte-americano com o intuito de evitar a presença de países europeus no continente que pudesse ameaçar a então crescente hegemonia estadunidense no hemisfério, a um período a ser lembrado da história da América Latina¹. O fim das distâncias traduz-se, agora, no fim, também, da dominação pela proximidade geográfica.

O desafio que surge com a globalização, segundo Khanna (2008), é compreender a dinâmica do ele batizou de "Mercado Geopolítico". O encolhimento do mundo causado pela intensa interdependência entre os países e regiões ilustra uma coexistência de diversas potências e prenuncia uma era de competição mais acentuada entre as mesmas. Os

Estados menores e menos proeminentes no sistema internacional – e com grande potencial de abastecimento de recursos –, são agora comprados e não mais colonizados. Assim como os recursos nos quais se assentam, suas posições no cenário internacional e suas localizações estratégicas são, hoje, bens de barganha com os Estados mais poderosos. O segundo mundo, ou seja, os novos países emergentes – pivôs do jogo de xadrez da política internacional – precisa lidar não somente com as potências que almejam pô-las em seus sistemas de poder, mas também com o futuro de suas próprias esferas de influência nas regiões onde se encontram. Desta forma, o esforço de integração regional no novo século significa, em grande parte, a tentativa desses países de manter um grau de autonomia e poder perante nações mais preparadas para a competição internacional por prestígio, segurança e poder.²

Diante disso, este ensaio se encarrega de discutir a respeito do reaparecimento dos regionalismos e, principalmente, da integração regional de base não-econômica sul-americana do século XXI. Uma das conclusões obtidas aqui diz respeito ao interesse brasileiro em institucionalizar um próprio sistema de poder³ e satisfazer seu desejo de alcançar e multiplicar definitivamente os interesses comuns na região referentes ao comércio, estratégia, defesa, segurança e políticas sociais com os países da vizinhança por meio de uma integração multifacetada que vise manter esses mesmos vizinhos dentro de um espaço geográfico liderado pelo Brasil⁴.

¹ Estão incluídos, ao falarmos de Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt e a política do *Big Stick* na América Latina.

² Sobre o conceito de Mercado Geopolítico e o novo Segundo Mundo ver Borges (2011). Ver também Khanna (2008).

³ Sistema de Poder, sinônimo de Polo de Poder Regional, é uma expressão utilizada pelo historiador Gerson Moura em sua obra *Autonomia na Dependência* (1980).

⁴ Entendemos uma integração multifacetada como aquela que engloba não apenas a cooperação comercial, como também variados temas que vão do comércio e segurança ao meio ambiente e integração infraestrutural.

Relembrando a História do Regionalismo

Os processos de integração e fragmentação sempre ocorreram na história das sociedades antigas como nas modernas, e a coexistência desses dois processos é empírica e constante. Impérios, feudos, cidades-estados, Estados ou federações de Estados, o movimento que une e separa é universal e atemporal nas relações humanas e a tendência é que nada disso se altere nos anos vindouros. Muito se diz a respeito dos critérios para caracterizar o que é e o que não é a formação de um determinado regionalismo. Ainda que o regionalismo contemporâneo, aquele que floresceu no pós-Segunda Guerra Mundial, exija em muitos casos o favorecimento da geografia, os novos rumos da globalização e de um mundo interdependente podem vir a desqualificar tal aspecto como limitante e restrito⁵. Há outros que vão além e argumentam contra a formalização de uma “instituição regional”, levando em consideração que essas podem fazer parte meramente de um guarda-chuva institucional de uma organização internacional e seu respectivo regime e, portanto, uma instituição regional própria, autônoma e independente não seria possível ou mesmo vantajosa (FAWCETT, 2008).

A história do regionalismo no século XX remonta ao período entre-guerras, logo após o fracasso do concerto europeu dos cem anos de paz –, um tipo de regionalismo europeu assim como o regionalismo americano da Doutrina Monroe para a segurança hemisférica, ambos no século XIX – que levou a Europa ao caos da Primeira Grande Guerra. Entre os líderes mundiais, o então presidente norte-americano Woodrow Wilson foi um dos primeiros a urgir a necessidade de se constituir uma instituição internacional visando à segurança de todos os Estados da sociedade internacional. A concepção de uma organização de tamanho porte teve implicações para as – então em desenvolvimento – políticas

integracionistas regionais que amadureciam ideias de segurança coletiva. Ainda que pactuada para ser universal, a Liga criava a preocupação a respeito de *regional understandings*, preocupação essa, cuja referência no artigo 21 de sua Carta é modelar (Idem, p.03). Diante de tal imbróglio, debates eram incitados e tidos mesmo como necessários para discutir o “problema do regionalismo”, assim como o encaixe de arranjos regionais dentro da estrutura global da Liga das Nações; no entanto, o ressurgimento de conflitos inacabados que terminariam na Segunda Guerra Mundial desfez a esperança de uma política internacional envolvida em uma cooperação para a paz mundial.

Como dissemos, o regionalismo contemporâneo teve seu tiro de partida nas ideias elaboradas após o desfecho de 1945, sendo esse ano até o de 1965 a sua primeira fase (*First Wave*, no original) em matéria de instituições regionais. O fim da guerra levou a criação de um conjunto de instituições e regimes internacionais, dentre eles: as Nações Unidas com o Conselho de Segurança e o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em português). Ademais, ainda que organizações multilaterais fossem consideradas elementares, muitos Estados procuraram cooperar regionalmente para assuntos que envolviam diretamente seus interesses nacionais.

Para Fawcett (2008, p.05), três tipos de regionalismo surgiram nessa primeira fase. As instituições com múltiplas propostas, como a Liga dos Estados Árabes (LEA) e a Organização dos Estados Americanos (OEA); em segundo as alianças de segurança, como o Pacto de Varsóvia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e por último as instituições regionais de cunho econômico, principalmente aquelas que se encontravam na Europa, ou seja, as primeiras instituições para o fomento da integração europeia que hoje conhecemos.

Não obstante, o que marcou a primeira onda de regionalismo foi seu caráter menos normativo em relação

⁵ A Organização Cooperação Islâmica e a *Commonwealth* britânica são exemplos de regionalismos onde o fator geográfico não é o mais preponderante.

aos entendimentos regional-multilaterais e mais estrito para com os interesses de segurança, defesa e cálculos de poder que varriam as relações internacionais na Guerra Fria. O que determinou de fato os padrões de relacionamento no pós-Segunda Guerra Mundial foi a consecução do equilíbrio de poder entre o Ocidente capitalista e o Oriente socialista. Independente dos outros dois tipos de regionalismos que verificamos acima, os mesmos tinham, como pano de fundo, promover a saciedade de segurança e poder dos Estados envolvidos, e a utilização de uma instituição regional e/ou internacional era nada mais que o verniz que legitimava as ações dentro desses blocos. Ante essa constatação, é importante lembrar que os resultados da primeira fase foram limitados e desiguais. Daquelas tentativas integracionistas de viés econômico fora da Europa, a grande maioria sucumbiu até os anos 60 e algumas dessas reapareceram apenas na terceira fase, quando o cenário internacional se tornou propício para interesses outros que iam além dos cálculos de poder das potências.

A segunda fase das instituições (1965-85) regionais se deu em grande parte entre os países desenvolvidos, e seu foco em segurança coletiva a distingue da fase anterior cujas três facetas (economia, segurança e propostas variadas) apenas mascaravam os cálculos de poder de interesses nacionais egoístas baseados no equilíbrio de poder entre as nações antagônicas. Dentre várias podemos citar a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Caribenha (CARICOM) e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Essa fase deu o primeiro passo concreto para autossuficiência regional em termos cooperativos, considerando o ambiente internacional de maior flexibilidade para as ações dos mesmos⁶.

⁶ É importante levar em conta que o período compreendido da segunda fase é marcado pelo episódio do Choque do Petróleo, do nascimento do Movimento dos Não-Alinhados e da polêmica imagem interna e externa dos Estados Unidos consequentes dos fracassos obtidos na Guerra do Vietnã.

Ainda que muitas dessas instituições também buscassem projetos de desenvolvimento econômico, a segurança em relação a uma ameaça local era a prioridade dos planos regionalistas, por isso podemos perceber, por exemplo, a atuação da ASEAN para a questão vietnamita e o CCG para o Irã, ambos em situações de crise na década de 70. Um dos principais resultados da segunda fase é o alto índice de sobrevivência dos blocos criados à época, demonstrando que o valor da flexibilidade e resistência das cooperações regionais do período eram a chave, ou alguns dos eficientes meios, para a consecução dos objetivos integracionistas.

Intitulado e difundido como “novo regionalismo”, o ano de 1985 até os dias atuais faz parte do que se considera a terceira fase do regionalismo. Aqui observamos o papel da globalização e seus efeitos imprevisíveis sobre as relações multilaterais, estimulando a criação de novos blocos regionais de núcleo majoritariamente econômico, como a consolidação de diversas áreas de livre comércio ao redor do planeta. O fim da Guerra Fria também modificou a estrutura de segurança de diversas regiões tornando-as mais vulneráveis e acessíveis a atores locais, como a China no Sudeste Asiático, a África do Sul no continente africano e o Brasil na América do Sul.

Os atuais processos de regionalismo não são um projeto único e replicado; antes disso, eles representam respostas às mudanças no sistema internacional; sejam aqueles criados visando ao plano econômico ou de segurança, as relações regionais em bloco devem ser entendidas como reação à ordem dominante, provendo os Estados membros de recursos de barganha contra as grandes potências e as instituições internacionais influenciadas por estas últimas. Como recorrente - e lembrando a dualidade entre integração e fragmentação existentes nas relações internacionais -, o regionalismo ainda é visto de duas formas diferentes em matéria de interesses coletivos: aquela em que o mesmo é uma etapa evolutiva para um mundo melhor integrado e a outra em que o

processo é um óbice e prejudica a cooperação global e soluções multilaterais.

Além disso, mesmo que esse antagonismo seja onipresente no tratamento da questão, há três fatores que evidenciam a importância do atual regionalismo do século XXI, a saber: (1) a experiência da União Europeia, a maior e mais elaborada aliança entre países de uma mesma região para fins diversos e com propostas ambiciosas de maior unificação – ainda que distante; (2) a aparente inadequação das instituições multilaterais existentes para assuntos de natureza local e a frequente suscetibilidade dessas em relação aos interesses das grandes potências; e, ainda segundo Louise Fawcett (2008, p.10), (3) a influência dos escritos do cientista político Samuel Huntington sobre o paradigma do “Choque de Civilizações”, tornando acadêmicos e estadistas mais conscientes de uma possível divisão do mundo não apenas política e econômica, mas também religiosa e cultural.

“Cooperation has been a means of increasing security and welfare, but also influence and bargaining power.” (Idem, p.11)

A terceira fase da evolução das instituições regionais é caracterizada por uma diversidade de formatos, organizações e propostas. O início de sua aparição se deu com fundamentos econômicos e comerciais, porém, uma das grandes surpresas que acompanham a evolução do novo regionalismo desde a década de 80 tem sido o aumento das cooperações em segurança e defesa regionais, situação semelhante ao que ocorrera no pós-Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista as características principais, veremos nas seções a seguir como se revela a construção do atual regionalismo na América do Sul, com uma singular proposta “pós-liberal” para o novo milênio, e o papel do

Brasil nessa cooperação regional tanto econômica quanto política e militar.⁷

Os Atuais Paradigmas das Relações Internacionais da América do Sul

Um fato político singular marcou a América do Sul no início do século XXI: a ascensão das esquerdas. Pessimistas com as crises econômicas do fim da década passada e acumulando projetos de inclusão social e de interesses de cunho estratégico visando à promoção de personagens carismáticos e de ideias de cooperação regional através de princípios políticos e ideológicos, os países sul-americanos deitaram por terra o paradigma neoliberal dos anos 90. No entanto, não há, no curto prazo, um paradigma aguardando a vez no horizonte da política latino-americana como havia com o modelo agroexportador do século XIX ou com aquele desenvolvimentista no século XX. A insuficiência conceitual da análise do Estado latino-americano atual repercute nas diferenças do plano regional.

Segundo Cerro (2013, p.233), os últimos anos e provavelmente os que ainda virão baseiam-se em uma oscilante dinâmica de união e dispersão. É sabido que a dinâmica das integrações física, infraestrutural e energética, e ainda uma maior institucionalização dessas relações regionais, nos levam à união entre os países partícipes. Em contrapartida, o nacionalismo político e econômico, a não expansão dos projetos sociais e as distintas ideologias que perpassam a criação de blocos sub-regionais fomentam a dispersão entre esses mesmos atores.

⁷ Não julgamos interessante desvencilhar o chamado “Regionalismo Pós-liberal” discutido adiante da terceira fase do novo regionalismo mundial, conhecido principalmente pelo regionalismo aberto, e cujas ideias são fundamentalmente opostas ao atual processo pós-liberal, não apenas por ser este um tema recente e que merece maiores discussões na academia especializada, como também pelo fato de suas propostas ainda estarem em maturação. A probabilidade de que o mesmo regionalismo pós-liberal prenuncie a quarta fase em escritos posteriores, no entanto, não é descartada.

O reforço das capacidades do Estado, considerando o intervencionismo e os marcos regulatórios econômicos e sociais, é a característica principal dos novos governos sul-americanos. A convivência com a oposição neoliberal e a preocupação com as questões sociais também fazem parte do repertório da esquerda do século XXI. Esse último, aliás, diferente das ideologias e das ideias políticas, é o único traço em comum destes governos. É importante constatar, não obstante, que não transparece qualquer convergência regional que seja capaz de unificar os países sob uma fachada comum. Ao contrário dos anos 90, cujo modelo neoliberal foi capaz de arregimentar os países para fins semelhantes de comércio e integração, as esquerdas, com estratégias dissonantes em matéria de cooperação e inserção internacional, oferecem um quadro de dispersão.

Os países sul-americanos são introspectivos. Não há interesse desses países, ou pelo menos nenhum que se autorrevele em práticas concretas, de irem além do discurso que contempla soluções coletivas para as mazelas sociais no âmbito integracionista. As nações estabelecem, sozinhas, mecanismos de inclusão social distantes de uma coesão regional para o assunto. De maneira unilateral, países como Bolívia e Venezuela discutem planos para “refundar a nação”, deslocando recursos dos mais ricos para os mais pobres. Os governos retiram de suas próprias nações os recursos necessários para distribuir com maior eficiência as rendas entre as camadas da sociedade. Como consequência, os países perdem a oportunidade de conjecturar mais um motivo integracionista - e ainda angariar o apoio da própria sociedade para a consecução da mesma -, a partir de medidas sociais nacionalistas que não incluem estratégias de internacionalização conjunta.

Ainda que a Venezuela de Hugo Chávez tenha engendrado ideias sobre a união dos países da região, a ideia e, conseqüentemente, o projeto de América do Sul como polo ou sistema de poder é de matriz brasileira. Esta matriz toma corpo, como veremos na seção seguinte, com as discussões sobre a implementação da Área de Livre

Comércio das Américas (ALCA) no início dos anos 90. Adiantamos, porém, que os objetivos atuais se manifestam: no desejo de elevar o desenvolvimento da infraestrutura para fins de comércio exterior e ultramarino tanto do Atlântico como do Pacífico e na operação mediante a ação público-privada, em conjunto com financiamentos da mesma parceria, na construção de instituições e mecanismos de integração nas áreas econômica, política e de segurança.

Tal arcabouço institucional previsto no projeto brasileiro visa a um ordenamento regional que faça convergir as posições dos membros nas negociações multilaterais globais e soluções de conflitos locais sem ingerências externas à América do Sul. Essa institucionalização, no entanto, encontra impedimentos dentro de sua própria vizinhança. Cervo (2013, p.247) aponta dois grandes desafios para a realização da América do Sul nos moldes brasileiros: as empáfias nacionais e a divergência de inserção internacional.

“A empáfia eleva o governo e sua diplomacia acima da realidade nacional”, diz o autor (Idem, p.247). Dessa forma, podemos afirmar que a prática é um blefe e se mistura com um apego nacionalista com a única intenção de maximizar, para o plano externo, os recursos internos de um país que não se materializam além de um mero discurso populista. A empáfia dificulta a integração a partir do momento em que um sentimento de “autossuficiência, material e decisória,” envolve as decisões dos governantes latino-americanos. Quando proferidos, tais blefes se orientam ao público interno, promovendo a imagem do país para sua própria sociedade e evitando discórdias e ressentimentos outros.

Por último, o segundo desafio nos remete ao conceito de inserção internacional. Sabemos que a ação de inserção no plano regional e internacional se dá a partir da análise das junções da prática diplomática, do comportamento dos agentes empresariais e sociais - que

buscam internacionalizações de empreendimentos nacionais -, e o histórico da política exterior. Levando esta em consideração, conhecemos três modelos de inserção que fomentam a dispersão na América do Sul, a saber:

- 1- A inserção geopolítica, exemplificada no caso da Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA) criada pela Venezuela Chavista;
- 2- A inserção industrialista, em que encontramos o Brasil e o paradigma desenvolvimentista e de substituição de importações;
- 3- E a inserção comercialista, levada a cabo pela Aliança do Pacífico e os demais países do oeste sul-americano que procuram firmar acordos de livre comércio.

Compreendo, assim, a existência de múltiplas ações que unem e que fragmentam a região nos dias atuais, nos atentaremos a seguir em um breve histórico da integração no continente e no prognóstico do regionalismo pós-liberal no qual jogam entre si as políticas externas do xadrez sul-americano.

Integração Sul-Americana: do Regionalismo Aberto ao Regionalismo Pós-Liberal⁸

Ao falarmos de integração regional na América Latina é importante ressaltar o papel internacional dos Estados Unidos e sua influência após a Guerra Fria. Com o tema do regionalismo, particularmente o regionalismo aberto, não é diferente. A ascensão do império norte-americano como o promotor da democracia, dos direitos humanos e dos tratados de livre comércio a partir das décadas de 80 e 90 impeliu os países do hemisfério a procurarem uma forma de manter alguma autonomia e

defender seus mercados ainda incipientes contra a avassaladora força econômica estadunidense. Na América do Sul, a presença dos Estados Unidos se deu com a Iniciativa Bush, em 1990, na tentativa de iniciar conversações a respeito de um tratado de integração hemisférica que, mais tarde, resultaria na ideia formulada como ALCA.

A conformação da América do Sul como interesse vital para os objetivos nacionais brasileiros foi determinada, em grande parte, pela assertiva presença norte-americana. O conceito de “sul-americanidade”, isto é, a idealização de uma comunidade regional e a formação de um espaço próprio e bem delineado para se pensar as relações internacionais dos Estados do continente, passou a ser uma constante na política externa do país a partir dos anos 90. Daí, a América do Sul foi apontada como uma circunstância inevitável da diplomacia brasileira (LAFER apud COUTO, 2010, p.24). Com o intuito de fortalecer a presença do Brasil na região, em 1993, no então governo de Itamar Franco, o Chanceler Celso Amorim apresentou a proposta da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA).

A ALCSA nos ajuda a perceber uma das principais razões por trás da ideia de integração à moda brasileira: a criação da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a influência que, como já constatamos anteriormente, os Estados Unidos tentaram fomentar em todo o hemisfério – estes se esforçando em estender ao Sul a área de livre comércio. A entrada como partícipes na NAFTA foi cogitada por vários países sul-americanos (Chile e Argentina, por exemplo), o que poderia ameaçar todo o esforço do Brasil na promoção de um comércio menos assimétrico entre os países sul-americanos e, essencialmente, no desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Não obstante, é nos governos FHC e Lula que verificaremos a sinalização do enfraquecimento do regionalismo aberto e da ascensão do regionalismo pós-

⁸ Esta seção foi escrita originalmente para o artigo “Do Regionalismo Aberto ao Pós-Liberal: Reflexos da Inserção Internacional do Brasil” apresentado no evento JorNeiba (2014) como comunicador da mesa de Integração Regional.

liberal⁹. Evidentemente, o regionalismo pós-liberal não se deu por única e exclusiva influência brasileira, ela se mostrou presente na década atual paralelamente à subida ao poder de líderes de esquerda na região, sendo eles: Lula da Silva (Brasil), Néstor e Cristina Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia), Michelle Bachelet (Chile), Fernando Lugo (Paraguai), Tabaré Vázquez (Uruguai), Hugo Chávez (Venezuela) e Rafael Correa (Equador).

Disso feito, “dança de paradigmas” é a expressão cunhada por Cervo e Bueno (apud COUTO, 2010, p.26) para descrever a política externa dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Em outra obra, Cervo descreve esse mesmo governo como um de orientação “normal híbrido”, sendo o último mandato de FHC aquele em que ocorre uma transição entre as ideias liberais para uma menos otimista e mais independentista (2008, p.76). Entrementes, a chegada de Lula da Silva à presidência da República concluiu e aperfeiçoou o Estado logístico, ou seja, o Estado promotor e auxiliador dos empreendimentos privados em parceria com empresas públicas para uma efetiva inserção internacional do país.

Ademais, o Estado logístico é facilitador da integração regional. Por isso sua comunhão com o surgimento do regionalismo pós-liberal. Acreditamos que este paradigma de política externa de cunho racional, pragmático e realista reconhece na América do Sul o trampolim para se alcançar não apenas uma maior competitividade internacional no âmbito comercial, como

também fortalece o poder decisório do Estado brasileiro frente às questões internacionais. Disso feito, conquistar por meios ideacionais e materiais a vizinhança e arcar com o título de *paymaster* é indispensável para o Estado brasileiro perante seu interesse nacional.

A respeito da integração regional da qual logramos com o governo de FHC podemos citar: a superação da crise de desconfiança do MERCOSUL¹⁰; a criação, em 2000, da proposta da Iniciativa da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); o protocolo de Olivos para o melhoramento da solução de controvérsias do MERCOSUL e o lançamento do Tratado de Cooperação Amazônica em 2002 (BECARD, 2009, p.130).

Já no governo de Lula da Silva apontamos três principais objetivos analisados nesse período, a saber: o desenvolvimento e sua consequente construção da infraestrutura de comunicação, transportes e energética idealizadas ainda no governo FHC; a tentativa de redução das assimetrias entre os países por meio de uma ligeira politização, ou institucionalização, do bloco MERCOSUL e de outros como a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e, ainda segundo Becard, o aumento da generosidade para com as exigências dos parceiros (Idem, p.188).

Como observamos acima, a integração regional entre os países sul-americanos se deu de duas formas diferentes desde o fim de Guerra Fria. O regionalismo aberto, que se iniciou nos anos 80 e o regionalismo pós-liberal, ocorrendo a partir do ano 2000 até os dias de hoje. O regionalismo aberto, ou de “terceira geração” da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), visou ao aprofundamento das relações econômicas entre esses países e incitou a criação de blocos sub-regionais voltados

⁹ No artigo de Leandro Couto (2010, p.27) há uma didática exposição sobre os paradigmas estudados, todos promovendo a seguinte questão:

Do governo de FHC ao de Lula houve uma continuidade ou uma ruptura? Os autores mencionados por Couto para responder a essa pergunta são: Vaz, Pecequillo, Saraiva, Vigevani e Cepaluni, Cervo e Pinheiro. Para nós, e para esta pesquisa, embora os objetivos sejam majoritariamente semelhantes, ocorreram ajustes no programa de política externa; por isso acreditamos em uma “mudança na continuidade”, de acordo com autores como Vigevani e Cepaluni (Ver Couto, 2010).

¹⁰ Devido à crise econômica que tomou forma no final dos anos 90, fazendo com que Brasil e Argentina buscassem atitudes unilaterais e, desta forma, prejudiciais à relação entre os dois vizinhos.

para a criação de uniões aduaneiras e mercados comuns (VEIGA; RÍOS, 2007, p.09).

O regionalismo pós-liberal se fundamenta em objetivos mais complexos e não-econômicos; erigindo propostas políticas, estratégicas, de defesa e segurança, meio ambiente e sociais. Para Veiga e Ríos, o nacionalismo voltou a ter um papel relevante na política externa dos países da região. A preocupação com o crescimento por vias próprias e a busca por uma inserção internacional que se distancia do padrão irrealista da ideologia liberal que não logrou reduzir as desigualdades sociais são aspectos essenciais da nova cooperação. Concomitantemente, observa-se que esses países procuram evitar compromissos com regras mais expressivas de abertura comercial com os países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e os países europeus (Idem, p.17).

Por fim, três casos explícitos confirmam a tendência regional da politização da integração entre os países sul-americanos: a criação da UNASUL e da ALBA e uma maior institucionalização do MERCOSUL. Essa última tem sido verificada ao longo do governo brasileiro do Partido dos Trabalhadores (PT), sob as ideias do assessor da presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, com o interesse de desviar do aparentemente esgotado modelo de regionalismo aberto que influenciou a elaboração do MERCOSUL no início dos anos 90 e solidificar a institucionalização do MERCOSUL nos âmbitos políticos e sociais – exemplo destes é a formação do Parlamento (Parlasul) e do Setor Educacional (SEM).

A ALBA, por conseguinte, foi criação do presidente venezuelano Hugo Chávez e tem a intenção de formar uma confederação latino-americana baseada nos ideais do “socialismo do século XXI” (SARAIVA, 2012, p. 92). Além da proposta de construção de um grande abastecimento sul-americano de petróleo e gás, a ALBA empreende a coordenação das forças militares da região para possível e profética defesa contra ameaças de intervenções

imperialistas. Além de Cuba, os membros signatários são: Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

A UNASUL, por sua vez, é uma proposta advinda do Brasil para conformar a região dentro dos interesses políticos, econômicos e estratégicos do país. Suas intenções vão além do mero comercial e diplomático. Inclui os variados temas mencionados acima, principalmente o de defesa regional sob o Conselho de Defesa Sul-Americano. A visão do Estado brasileiro de realocar as soluções de controvérsias e da segurança da região da OEA para a UNASUL é um claro objetivo de distanciar os países do Norte das discussões de ameaças e, quiçá, de intervenções militares sem o aval da América do Sul. A revelação não titubeia: quem garante a soberania e a paz no continente são os países partícipes da união sul-americana. Cultiva-se, daí, uma futura América do Sul para sul-americanos.

No mais, é com a UNASUL que o Brasil consegue amenizar as declarações e propostas do vizinho venezuelano e adaptá-las de modo que sejam acatadas pelos Estados membros e não causem desgosto àqueles que não fazem parte, mas são relacionados indiretamente - os Estados Unidos como o maior exemplo. Lembremos que o Conselho de Defesa foi uma ideia inicial de Chávez para fazer frente à presença estadunidense na vizinhança.

Considerações Finais

O sistema internacional observa hoje o avanço de uma nova tendência que molda as relações regionais enquanto isola as questões econômicas tão urgentes em outras tentativas de cooperação regional. A cooperação para a integração física, econômica, social, política e estratégica da região nos remete a uma conciliação de interesses compartilhados com a finalidade de edificar uma macrorregião sob uma ainda incipiente liderança brasileira sem aparentes almejos imperialistas ou unilaterais.

Os problemas sociais, políticos e geopolíticos ganham mais espaço nas agendas das atuais práticas regionalistas. Cria-se, portanto, um sistema de poder na América do Sul que fomenta a união dos Estados latino-americanos em todas as esferas que permitem o intercâmbio entre os pares. Assim como o fazem em cada

etapa dos regionalismos, os próximos anos dirão se os interesses políticos dos países envolvidos na integração serão os alicerces necessários e suficientes na manutenção de relações de aproximação nas quais o comércio não será prioridade estorvante.

BIBLIOGRAFIA

BECARD, Danielly Silva Ramos (2009). *Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo*. 1ª Edição. Petrópolis: Vozes.

BORGES, Renato Thomaz (2011). "O Novo Grande Jogo? Reflexões Geopolíticas sobre a Ásia Central" Monografia de Graduação, UniverCidade, Rio de Janeiro.

CERVO, Amado (2008). *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva.

_____(2013). *Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias*. São Paulo, 3ª Edição. São Paulo: Saraiva.

COUTO, Leandro Freitas. (2010). *Política Externa Brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula*. Civitas, Vol.10, n.1, p. 23-44.

_____(2009). *O Horizonte Regional do Brasil: Integração e Construção da América do Sul*. 1ª Edição. Curitiba: Juriá.

FAWCETT, Louise (2008). *Regionalism in World Politics: Past and Present*. Acesso em: 24/01/2014. Disponível em: <<http://www.garnet-eu.org/pdf/Fawcett1.pdf>>.

KHANNA, Parag (2008). *O Segundo Mundo*. Rio de Janeiro, 1º ed. Intrínseca.

MOURA, Gerson (1980). *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. 1ª Ed. Nova Fronteira.

RÍOS, Sandra; VEIGA, Pedro da Motta. Junho de 2007. *O Regionalismo Pós-Liberal, na América do Sul: Origens, Iniciativas e Dilemas*. Série Comércio Internacional – C EPAL. nº 82.

SARAIVA, Miriam Gomes. Abril de 2012. *Procesos de Integración de América del Sur y el Papel de Brasil: los Casos de la Mercosur y la Unasur*. Revista CIDOB d'afers internacionals, n.º 97-98, p. 87-100.